

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

**O PROJETO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS
UNIDOS E AS RAÍZES DO TERRORISMO:
UMA CRÍTICA À PRESENÇA OCIDENTAL NO
ORIENTE MÉDIO**

***THE UNITED STATES HEGEMONIC PROJECT
AND THE ROOTS OF TERRORISM: A CRITIC
TO THE WESTERN PRESENCE IN THE
MIDDLE EAST***

VINICIUS SCARAMELLA MAROS

Possui Graduação em Direito pelas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU). Cursa Pós-graduação em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

E-mail: vinismaros@gmail.com

ANDREW PATRICK TRAUMANN

Possui Graduação e Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (2001), Mestrado em História e Política pela Universidade Estadual Paulista (2007) e Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente é professor de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa a apresentar uma análise histórica acerca das raízes do terrorismo árabe e o papel desempenhado pelos Estados Unidos e demais potências ocidentais na formação do Oriente Médio presente. Tece-se uma crítica a partir dos acontecimentos mais relevantes aglomerados nos últimos cem anos de presença estrangeira na região e, apoiado em argumentos que se debruçam sobre questões sociais, políticas e econômicas intimamente ligadas ao projeto hegemônico norte-americano que tomou forma após 1945, refuta as teorias que levantam a divergência religiosa e cultural como determinantes do terrorismo. O arcabouço teórico do artigo foi construído a partir da consulta às obras de referência nas Relações Internacionais. Também, o autor empreendeu o estudo de vários casos correlacionados às especificidades do tema, tendo para tanto, consultado artigos científicos publicados em diferentes bancos acadêmicos do mundo. Além disso, é notória a presença de dados e documentos históricos compilados por meio da consulta aos bancos disponibilizados por organizações internacionais. Definidos os traços teóricos e reunidos os dados, o autor passou a confrontá-los segundo o método dedutivo de pesquisa para apresentar críticas e conclusões no artigo.

Palavras-chave: Terrorismo; Estados Unidos; Hegemonia; Oriente Médio.

ABSTRACT

This article presents a historical analysis about the roots of Arab terrorism and the role played by the United States and other Western powers in shaping the Middle East today. The author writes a critique based on the most significant events in the last hundred years of foreign presence in the region, and supported by arguments that focus on social, political and economic, closely linked to the US hegemonic project that took shape after 1945, refutes the theories that elected the religious and cultural divergence as terrorism determinants. The theoretical framework of this paper was built by consulting the

reference works in International Relations. Also, the author studied several cases related to the specific theme, and for that, consulted scientific articles published in academic journals in the world. In addition, the author presented information and historical documents compiled by consulting international organizations databases. Defined the theoretical features and gathered the data, the author confronted them according to the deductive method of research to present criticism and conclusions in the article.

Keywords: Terrorism; United States; Hegemony; Middle East.

INTRODUÇÃO

Na crítica que será desenvolvida no presente trabalho, pretende o autor, dentro das possibilidades, desvencilhar-se de compromissos ideológicos pré-existentes. A razão de ser desse artigo está no fato de que as ações ora empregadas na solução do problema do terrorismo internacional têm se revelado ineficazes ao tentar conter o fenômeno, ou pior, são contribuintes para o seu agravamento.

O consenso das nações ocidentais elegeu o terrorismo um problema de escala global e que precisa ser combatido, quanto a essa afirmação não há controvérsia. Entretanto, o discurso combativo ignora, ao menos publicamente, que o Ocidente foi um agente fundamental que desestruturou as sociedades onde surgiram os grupos terroristas que atuam no presente. Essa omissão revela que não há comprometimento suficiente na resolução do problema, pois a ponta de lança desse combate seria a assunção da

responsabilidade pelos danos causados pela presença ocidental no Oriente Médio.

Em alternativa, a direção tomada foi alimentar a retórica de que os árabes são bárbaros, violentos e irreconciliáveis por natureza, portadores de valores tão estranhos aos povos ocidentais que nem mesmo em um milênio o entendimento seria possível.

A recente invasão militar da região e a violência que se abateu sobre os povos que nela habitam, os holofotes que a mídia internacional tem direcionado aos atentados, vez que esses dependem de projeção para alcançar seus fins, produzem o efeito colateral de alimentar o terrorismo em vez de contê-lo. É consensual que a frequência dos ataques aumentou, e que se faz necessário o repensar estratégico da questão, e os recentes acontecimentos não demonstram sinais de evolução nesse sentido.

O surgimento de grupos como o autoproclamado Estado Islâmico, que é preciso lembrar teve sua gênese num misto de indivíduos que compunham o desmantelado regime de Saddam Hussein e membros da Al Qaeda, se assemelha à figura mítica da Hidra de Lerna que quando tinha uma de suas cabeças decepadas via uma ou mais surgirem no lugar. Mesmo com a alegada precisão cirúrgica com que se combate as células e a eliminação seletiva de figuras como a de Osama Bin Laden, as organizações tenderam a aumentar em número e potência, multiplicam-se, desdobram-se em outras, migram, e inclusive, os acontecimentos recentes mostram que elementos internos das sociedades europeias têm se radicalizado

Há nos bancos acadêmicos das Relações Internacionais inúmeros autores que especialmente a partir de 2001 debruçaram-se sobre o tema do terrorismo, entretanto, passados quinze anos dessa efervescência, devido ao sensível paroxismo que se desvela na situação, faz-se necessário revigorar o debate, para que as estratégias de combate ao terror sejam repensadas pela coalisão ocidental, mesmo que isso impenda a automedicação do amargo remédio da responsabilidade histórica.

Os sustentáculos deste trabalho são, portanto, os precedentes históricos do imperialismo e a política que alçou os Estados Unidos ao status de única potência hegemônica. Tais acontecimentos funcionam como liames indispensáveis para o entendimento dos acontecimentos da atualidade, pois só se furta à história aquele que pretende beneficiar-se de sua lacuna.

Este escrito articula-se em torno da teoria realista das Relações Internacionais, especialmente na obra de Hans Morgenthau, “A Política Entre as Nações”, no papel de moldura conceitual que aqui se presta a explicar a política externa norte-americana no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Para Morgenthau, tanto a política interna quanto a externa, consiste em uma luta pelo poder e o pragmatismo na persecução dos objetivos nacionais de forma alheia a outras forças. Entretanto, faz-se necessário destacar que o autor trouxe a teoria ao trabalho não como justificativa, mas tão somente como uma explicação de como se orientam os Estados Unidos no cenário internacional.

Para atingir a completude da obra, tornou-se necessário mesclar com o realismo, até mesmo em tom crítico a este, teorias de historiadores marxistas como Eric J. Hobsbawm, especialmente nos seus traços sobre o imperialismo e suas implicações econômicas e sociais de ontem e hoje.

Dito isso, portanto, temos que a política externa norte-americana é orientada para a manutenção de seu status hegemônico no globo e a persecução de seus objetivos nacionais, esta afirmação tem como arcabouço teórico o realismo, e, uma vez que o estudo não alcançaria seus objetivos somente com recurso a esta teoria, vez que fundada somente em pressupostos políticos, o autor aporta-se no estudo das teorias marxistas da história, porquanto se orientam pelos reflexos sociais e econômicos ao explicar os fenômenos do globo, e em nosso caso, o terrorismo como uma resposta à dominação estrangeira.

3 O IMPERIALISMO EUROPEU ALCANÇA O ORIENTE MÉDIO

As raízes do triste cenário que hoje se descortina no Oriente Médio são profundas, remetem-nos à corrida imperialista colonial europeia de finais do século XIX e início do século XX. Podemos dizer que essa corrida foi o epílogo e o mais intenso capítulo de uma obra que se iniciou quando as caravelas de Colombo cruzavam os mares

e o mundo era majoritariamente desconhecido. E também o prenúncio de uma era cujos desdobramentos ecoam em nossos dias.

O salto produtivo que a Revolução Industrial proporcionou, o advento do motor à vapor e a construção das estradas de ferro além de outras inúmeras inovações tecnológicas da época demandavam matérias primas das quais as potências imperiais não dispunham em seu solo, e, portanto, precisavam expandir seus territórios e buscar novos mercados para escoar a produção fabril (HOBBSAWM, 1988). Além disso, estava em pleno vigor uma verdadeira competição entre as nações, a anexação e controle de territórios era, portanto, uma demonstração de força política e militar dos impérios, sua perda, além de prejuízo econômico, significava sinal de declínio.

Seria cândido imaginar que o universo árabe e islâmico permaneceria intocado naquele momento de intensificação das explorações coloniais.

Foi no Oriente Médio o berço das três principais religiões monoteístas: o islamismo, o judaísmo, e o cristianismo. Este era o atrativo clássico da região. Talvez, por esse motivo o Oriente exercera durante séculos um enorme fascínio sobre o Ocidente e em 1798 Napoleão já havia invadido o Egito. “Foi a primeira grande incursão de uma potência europeia num país central do mundo muçulmano, e o primeiro contato de seus habitantes com um novo tipo de poder militar e as rivalidades dos grandes estados europeus” (HOURANI, 1993, p. 4627). Mas foi durante a expansão colonial que tal atração tornou-se irresistível, levando especialmente França e Grã-Bretanha a penetrarem na terra árabe e persa definitivamente e

ali estabelecerem suas colônias. A Inglaterra ocupou o Egito em 1882 - este então era formalmente uma província otomana, a França já se fazia presente no Magreb, colonizou a Argélia em 1830 e tornou a Tunísia seu protetorado em 1880 (FROMKIN, 1989).

A “moldagem” ocidental da região começara pela sua denominação: o termo “Oriente Médio” foi cunhado pelo oficial americano Alfred Thayer Mahan em 1902, em seu artigo *“The Persian Gulf and International Relations”*, onde advogava em favor dos interesses imperialistas britânicos. Mahan defendia que os povos nativos árabes e persas, sozinhos, não possuíam condições de garantir a defesa comercial e militar no Golfo da Pérsia, e que a Grã-Bretanha, agia ungida pelo direito e obrigação (em referência ao “fardo do homem branco”), de desempenhar a tarefa, especialmente para proteger a rota comercial marítima e os interesses de suas possessões na Índia (MAHAN, 1902).

O interesse definitivo em jogo, porém, e que delonga a presença ocidental até hoje, foi a existência de vastas reservas de petróleo na região. Em 1901 um investidor britânico, William Knox D’Arcy, já havia firmado uma concessão de exploração de sessenta anos com a dinastia Qajar da Pérsia (KHALIL, 2008), fato que em conjunto com a decisão da marinha britânica de modificar a propulsão de sua frota do carvão para o óleo, marcou o início de uma era de dominação, exploração e conflitos que alcançaram nossos dias.

Naquele mesmo momento o Império Otomano que até então administrara a região, agonizava, e a delapidação de seu território aumentava o desequilíbrio de poder entre as nações europeias,

rivalidades que contribuíram com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Com a guerra, a demanda britânica por petróleo aumentou vertiginosamente, o óleo se tornou indispensável para as operações militares, sem o qual as tropas e suprimentos da Grã-Bretanha não poderiam ser transportados (FELDBERG, 2008), e assim emergiu como a commodity vital para o mundo industrializado. Nesta senda, o Oriente Médio tornou-se definitivamente objeto da cobiça ocidental. Nas palavras de Osamah Khalil: “Hegemonia sobre o Oriente Médio como definido por Washington e Londres, significa o domínio das encruzilhadas históricas do comércio, cultura, dos continentes e da religião”¹ (KHALIL, 2014, p.342, tradução nossa).

Assim, sob pretextos como o da incumbência da “missão civilizatória” do homem branco, a afirmação de superioridade moral diante do mundo árabe, a proteção de colônias já instaladas como a da Índia e a exploração do petróleo, começava a ocupação efetiva ocidental no Oriente Médio. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial iniciou-se a partilha do Oriente Médio por França e Grã-Bretanha, que criaram um mosaico irregular conforme suas necessidades e em total detrimento às aspirações para seu povo.

¹ “Hegemony over the Middle East as defined by Washington and London meant dominance over the historical crossroads of commerce, culture, continents, and religion”.

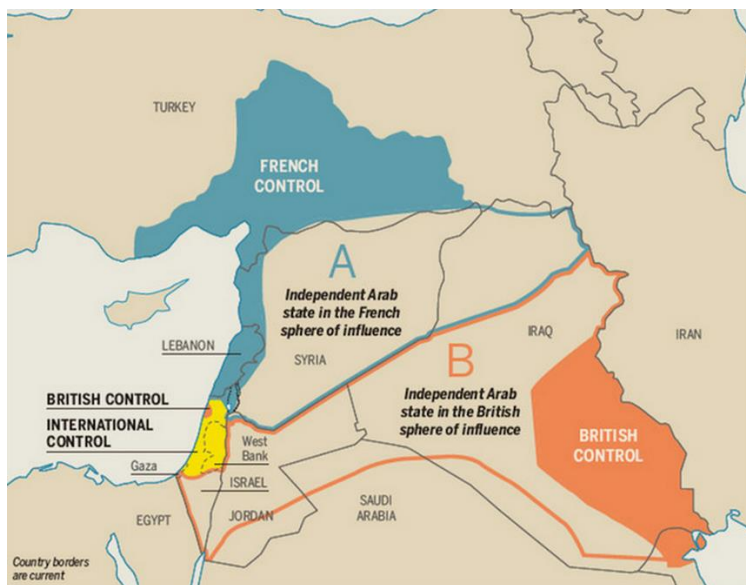
4 O ACORDO SYKES - PICOT E A PARTILHA DO ORIENTE MÉDIO

Entre 1830 e 1878 o Império Otomano perdeu quase todas as suas províncias europeias, e em 1914 no Oriente Médio lhe restavam a Síria e o Iraque (QUATAERT, 2008). Durante a Grande Guerra os otomanos tinham de manejar sua decadência econômica e política e se desvencilhar das investidas britânicas, russas e francesas, além de lidar com insurgentes nas províncias árabes que se encontravam sob seu controle. Esses insurgentes viram seus anseios de libertação prosperarem junto aos britânicos, e os britânicos por sua vez, encontraram uma forma de enfraquecer e desintegrar de vez o Império Otomano. Surge T. E. Lawrence, um oficial britânico com desejos autênticos de libertação árabe. Lawrence – Lawrence da Arábia conforme ficou conhecido – liderou em conjunto com as forças de Faiçal, filho do xerife Hussein de Meca, a revolta árabe contra os otomanos. Comandou cerca de dez mil homens em operações de guerrilha e sabotagens. Era ardente admirador da cultura árabe e tomou para si os ideais de soberania e autodeterminação desse povo, os quais, para seu profundo desgosto e ao contrário do que haviam assegurado seus superiores, não prevaleceriam, pois tão logo a revolta foi bem-sucedida em relação aos otomanos, iniciou-se a dominação britânica (FROMKIN, 2008).

O Império Otomano desaparecera e estaria formalmente dissolvido ao término da guerra, França e Grã-Bretanha tinham o caminho livre para dividir seus restos mortais. O Oriente foi

praticamente uma invenção europeia, afirmou o intelectual palestino Edward Said (SAID,1990). Entre outros aspectos dessa invenção, o mais relevante no Oriente Médio é o geográfico, fato que se consolidou ainda durante a Grande Guerra quando o mapa da região foi definido pelas potências europeias. O acordo Sykes-Picot dividiu o Oriente Médio em zonas de influência sob mandato anglo-francês, definidos em 1919 no Tratado de Versalhes. Os mandatos foram subdivididos em esferas de controle e esferas de influência, conforme demonstra o mapa abaixo:

Figura 1: O Acordo Sykes-Picot



Fonte: Financial Times, 2013.

À Grã-Bretanha coube o controle da porção sudeste do Iraque e a saída para o Golfo pérsico, sua zona de influência se estendia até a Palestina, esta foi internacionalizada em uma espécie de condomínio anglo-francês e uma porção do seu território seria posteriormente destinada à imigração judaica. À França coube o mandato da Síria e do Líbano (HOURANI, 1991).

O arranjo foi feito secretamente, com o emprego da nefasta prática da diplomacia secreta, levando em consideração tão somente os interesses anglo-franceses, as linhas dos oleodutos e as rotas marítimas, mas em total ignorância à diversidade étnica e religiosa da região. Nos parece que isso se deu deliberadamente, baseado numa estratégia de dividir e conquistar, de modo que os conflitos tribais enfraquecessem os líderes locais, e o controle dos fantoches a serviço ocidental fosse facilitado. No mundo todo onde a ocupação pelas potências da Europa aconteceu, as sociedades locais foram reestruturadas nos moldes europeus:

O Oriente Médio se tornou o que é hoje tanto porque as potências europeias o remodelaram quanto porque a Grã-Bretanha e a França não conseguiram assegurar que as dinastias, os Estados e os sistemas políticos, que eles estabeleceram, durassem. Durante e depois da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e seus aliados destruíram a velha ordem na região de forma irrevogável; esmagaram para sempre o governo turco do Oriente Médio falante de árabe. Para substituí-lo, criaram países, nomearam governantes, delimitaram fronteiras e introduziram um sistema de Estados do tipo que existe em todos os outros lugares, mas não dominaram a forte oposição local a essas decisões (FROMKIN, 2008, p.612).

A partir das linhas traçadas no acordo, foram posicionados no mesmo território grupos tribais e religiosos historicamente rivais como os sunitas e xiitas, de modo que tão logo a partilha surtiu seus efeitos, eclodiram inúmeros conflitos tribais e religiosos. Esse mosaico fica bem visível na Síria, onde vivem populações cristãs, sunitas, xiitas, alauítas, drusos, entre outros, em um território relativamente pequeno.

Em suma, o acordo substituiu o domínio otomano pelo anglo-francês, desconsiderando as promessas de libertação feitas anteriormente, o que causou enorme ressentimento entre os árabes.

As negociações do Sykes-Picot ainda tiveram um outro desdobramento importante: a Declaração Balfour, nela foi proposto o arranjo para a migração judaica na Palestina. A tratativa se deu em 1917 através de uma carta entre o Ministro das Relações Exteriores britânico Arthur J. Balfour e o Barão Rothschild, então líder sionista na Grã-Bretanha. A declaração de simpatia com a criação de um lar nacional judeu acirrou o ressentimento árabe com os britânicos, além de acender a animosidade com os judeus. Os desejos expressos na declaração foram concretizados pouco após o término da Segunda Guerra, quando da criação de Israel em 1948 e seus efeitos catastróficos atravessam nossos dias. Edward House, conselheiro de política do presidente norte-americano Woodrow Wilson assim lhe escreveu à época do acordo: “Tudo é ruim e eu avisei Balfour sobre isso. Estão criando um criadouro para guerras no futuro” (MUIR, 2016).

5 A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS E A CRIAÇÃO DE ISRAEL

Eric Hobsbawm define o período entre as duas grandes guerras como um único momento, de dois conflitos que quase se fundiram, momento em que os europeus vivenciaram muito pouco ou quase nada de paz em seu solo (HOBSBAWM, 2008). Os conflitos desgastaram consideravelmente o império britânico e a Segunda Guerra foi o momento em que ele ruiu definitivamente. O fim da Segunda Guerra Mundial foi um momento de transição em que as antigas potências entravam em decadência e os Estados Unidos ascendiam como nação hegemônica. Em paralelo, surgiria também como uma superpotência a URSS, e assim como durante o imperialismo, esse agigantamento de nações seria o combustível de grandes tensões entre elas, mas agora, somente duas disputariam o jogo.

A devastação da guerra não tocou o solo norte-americano, e com a produção industrial em crescimento acelerado, principalmente a indústria bélica, os Estados Unidos possuíam condições econômicas de custear a reconstrução dos países europeus. A ajuda financeira tomou forma no Plano Marshall. Além do interesse econômico, vigorava a lógica macarthista, portanto, interessava aos americanos atrair os países europeus para sua esfera de influência no globo. O plano beneficiou especialmente os países da Europa Central, não por limitação de capital ou desinteresse americano, mas porque a maioria dos países do Leste europeu já orbitava a URSS.

Inaugurava-se a Guerra Fria, e os interesses americanos eram multifocais, em cada canto do globo havia uma rota estratégica, uma base militar a ser instalada e um mercado a ser explorado. O petróleo já era há muito a *commodity* mais importante, sem a qual os países industrializados não dariam sequência ao desenvolvimento de suas economias aquecidas pelo Plano Marshall. Naturalmente, o interesse americano pelo Oriente Médio aumentou grandemente naquele momento. Osamah Khalil cita o geógrafo W.B Fisher (1950) que assim delineou o significado da região para os norte-americanos: “[...]principal artéria de comunicação entre Europa e Ásia, esses fatores fazem do Oriente Médio a encruzilhada – o ponto de junção entre uma Ásia emergente, a ainda influente Europa, e uma triunfante América”² (KHALIL, 2014, p.317, tradução nossa).

Porquanto a geopolítica no Oriente Médio era pincelada nos mesmos traços da bipolarização do resto do globo, países que tinham interesses alinhados com os americanos, recebiam ajuda americana e, portanto, estavam sob sua influência, os que se aproximavam do comunismo, obtinham ajuda e ao mesmo tempo sofriam pressão da União Soviética. É o caso do Egito e da Síria por exemplo, que em 1950 contraíram empréstimos da URSS (HOURANI, 1991). Esse foi o momento em que o Oriente Médio se livrava do julgo colonial europeu tradicional, mas submetia-se a uma nova forma de domínio imperial: a supremacia militar e econômica das superpotências.

² “[...]principal artery of communication between Europe and Asia,” these factors made the Middle East “a crossroads—the point of junction between an awakening Asia, a still influential Europe, and a triumphant America.

O sistema de anexação e controle territorial direto dava lugar à pressão econômica e militar, e o Oriente Médio tornava-se cada vez mais dependente das economias industrializadas. Assim como aconteceu no restante dos países subdesenvolvidos do mundo, os países árabes funcionavam como fornecedores de matéria-prima e importadores de bens de capital. Todavia, o que os diferenciava dos outros países periféricos do globo, eram suas ricas reservas petrolíferas, pelo que se observa no levantamento apresentado por Albert Hourani:

Após um início pequeno antes da Segunda Guerra Mundial, os recursos petrolíferos dos países do Oriente Médio e do Magreb revelaram estar entre os mais importantes do mundo. Em 1960, esses países produziam 25% do petróleo bruto do mundo e — devido ao pequeno tamanho do mercado local — eram coletivamente os maiores exportadores. A maior produção era no Irã e, entre os países árabes, no Iraque, Kuwait e Arábia Saudita, mas também havia produção em outros países do golfo Pérsico e no Egito, e em 1960 grandes jazidas haviam sido descobertas também na Líbia e na Argélia. No futuro, parecia provável que o petróleo do Oriente Médio se tornaria mais importante ainda: em 1960 as reservas eram estimadas em cerca de 60% das reservas conhecidas do mundo (HOURANI, 1991, p. 6609).

Em meio ao crescente interesse estratégico que o Oriente Médio despertava, uma outra questão, cujos arranjos vinham sendo delineados desde a Primeira Guerra Mundial, desempenharia um importante papel na deformação da região: a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel em 1948.

Como dito anteriormente, na troca de cartas entre o Barão de Rothschild e o Ministro das Relações Exteriores britânico, foi explicitada a intenção da criação de um lar nacional judeu na Palestina, as tratativas não colheram frutos até que ganharam força em razão do holocausto, e ao final da Segunda Guerra a migração judaica maciça para a Palestina se tornou uma realidade. Nesse contexto, os Judeus gozavam de expressiva força política, principalmente em razão da grande comunidade judaica dos Estados Unidos, que exercia forte pressão para a criação do Estado de Israel. Em contrapartida, os árabes encontravam-se em um momento de relativo enfraquecimento político. Se durante a Primeira Guerra, os interesses árabes palestinos foram levados em consideração, ainda que ficticiamente, a criação do Estado de Israel se deu a total contragosto dos árabes, especialmente os palestinos. O nacionalismo árabe que ganhara seus primeiros contornos no início do século XX, viu a gênese de suas vertentes radicais quando da criação do Estado de Israel, o que destaca Thiago Gehre Galvão:

A resultante direta foi a expulsão de 700 mil palestinos não-judeus e o abandono da ideia de criação de um estado palestino. Como um efeito blow back, o sionismo produziu aquilo que previamente não existia: um movimento palestino árabe organizado, respaldado pela geografia e história comuns e produtor de ideais autonomistas. Como consequência, originam-se os movimentos fundamentalistas de afirmação nacional que alimentaram tanto o terrorismo quanto as crises constantes entre os diferentes atores regionais. Enquanto Israel tornava-se uma potência tecnológica e militar na região, alcançando o poder nuclear na década 1970, os palestinos passaram a viver em uma situação de apartheid e diáspora dentro das fronteiras ampliadas do Estado de Israel.

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

Responsabilidade sistêmica e o conflito no Oriente
(GALVÃO, 2009, p. 19-20).

O que se sucedeu após a fundação de Israel foi a expropriação de terras dos árabes palestinos para o assentamento dos judeus recém-chegados.

Os argumentos empregados na defesa da criação do Estado fundavam-se na necessidade de proteção do povo judeu diante do então recente episódio do holocausto e de questões históricas arguidas pelo movimento sionista, como o caso das diásporas, em que os judeus foram forçados a abandonar suas terras ancestrais e se dispersar pelo mundo, e, portanto, hoje teriam direito histórico de retorno à Terra Prometida. O movimento sionista que floresceu no final do século XIX, tinha como objetivo maior, justamente a realização do caminho inverso da diáspora. Inicialmente a maioria dos sionistas simplesmente ignorava a importante presença árabe que habitava a região histórica, entretanto, mais tarde, expoentes do movimento como Ze'ev Jabotinsky e Ben-Gurion reconheceram os árabes palestinos como um movimento de resistência aos “intrusos”, que não se curvaria facilmente, e que somente pela via militar, com a criação do que se denominou “a muralha de ferro” e não pela via diplomática, os sionistas viam a prosperidade de suas aspirações (SHLAIM, 2004).

Não obstante a relevância e legitimidade que pode se atribuir a tais argumentos por qualquer dos lados da disputa, a questão primordial é que Israel na história recente, está onde está para atender aos interesses ocidentais e funciona como um posto

avançado norte-americano, uma plataforma ocidental em um “mar repleto de árabes”. Apesar da força do lobby judaico na sociedade americana ser notável, os Estados Unidos estavam menos interessados na defesa dos imigrantes judeus que no controle das jazidas de petróleo da região.

Em 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral da ONU aprovou o *Plan of Partition with Economic Union*, o plano encerrava o mandato britânico na Palestina, previa a criação dos Estados árabe e judeu até outubro de 1948 e a divisão do território em oito partes: três pertencendo aos árabes e três aos judeus e o sétimo, na cidade de Jerusalém, formaria um enclave árabe dentro do território judeu. Além das divisões, o texto também tratava de questões como independência, cidadania, trânsito entre as fronteiras e o acesso a locais sagrados. Os judeus, apesar de não totalmente satisfeitos com os termos de imigração da Europa e limites territoriais, aceitaram a resolução. Os árabes a rejeitaram completamente, alegando que o plano feria o direito de autodeterminação de seu povo e não permitiriam que o território fosse repartido em benefício da minoria judaica (UNITED NATIONS, 1991).

Em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion proclama a independência do novo Estado de Israel, ao que irrompem as hostilidades entre árabes e israelenses, os Exércitos da Arábia Saudita, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria atacam Israel no que ficou conhecido como o primeiro conflito árabe-israelense.

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a legitimidade do novo Estado. Henry Truman se comprometeu com os

interesses sionistas da partilha e ocupação da Palestina, contrariando seus assessores que afirmavam que a decisão afetaria negativamente as relações com os árabes e recomendaram ao presidente americano não tomar tal posicionamento (SCALERCIO, 2003). O então Secretário de Defesa americano James V. Forrestal que também se posicionou contrariamente à criação de Israel apresentava simples argumentos numéricos: “Existem trinta milhões de árabes de um lado e seiscentos mil judeus do outro”³ (HOLBROOK, 2008, tradução nossa).

Como a história nos mostra, Truman prosseguiu firme com suas intenções e a mágoa que surgiu desse ato, persiste até hoje na relação entre americanos e árabes.

A presença de Israel, longe de ser amigável, foi e é um espinho encravado no coração da terra árabe, o Estado judeu desde sua criação usou da violência para sobreviver e se impor, e os árabes da mesma forma recorreram à violência para fazer valer suas aspirações. Israel venceu o primeiro conflito com relativa facilidade, enfrentando uma força árabe desunida, desorganizada e com poucos recursos. Israel, apesar de um Estado recém-criado, dispunha de uma capacidade de mobilização civil e militar infinitamente superior aos árabes. A vitória seria crucial para os judeus estabelecerem a supremacia na região, ao fim, aumentaram os territórios para além do que havia sido estipulado na resolução da ONU em 1947, e emergiram firmes na crença de sua superioridade.

³ "There are thirty million Arabs on one side and about 600.000 Jews on the other"

Os árabes, por sua vez, saíram humilhados, desmoralizados e descrentes em sua própria nação, episódio que sem dúvida seria acrescentado ao rol de ressentimentos que já acumulavam há algum tempo. A partir daí a questão permanece irreconciliável, do lado israelense petrificou-se a ideia de que recorrer às armas é o único caminho, do lado árabe a recusa à rendição, ainda que conscientes de sua inferioridade militar. Na afirmação de Yigal Allon, “Israel venceu a guerra e perdeu a paz”⁴ (SHINDLER, 2013, p.38, tradução nossa).

A partir da guerra de 1947/1948 seguiu-se uma situação de conflito permanente entre árabes e israelenses, os árabes se tornaram mais hostis que nunca, e os israelenses cada vez mais crentes que o emprego da violência era o único caminho. Consciente de sua inferioridade militar, e de que a guerra convencional lhes seria desfavorável e, portanto, um instrumento inútil na persecução de seus objetivos políticos, os árabes adotam táticas de guerrilha, na forma de atentados contra adversários, lideranças políticas e edificações inimigas, geralmente com o emprego de bombas. Em verdade, inicialmente, esse modo de operação também foi utilizado pelos judeus, visto que Israel ainda não contava com seu poderoso aparato bélico nem com a importante colaboração norte-americana que conhecemos hoje.

Nesse contexto emerge o líder nacionalista árabe egípcio Gamal Abdel Nasser que em 1956 decide pela nacionalização do

⁴ [...]”Israel had won the war in 1948, but had lost the peace”[...]

Canal do Suez. Com isso, os britânicos perderam o controle do Canal, vendo prejudicado o transporte do petróleo da região. Aos israelenses foi proibida a navegação, e, visto que os egípcios haviam recentemente adquirido armamentos da URSS através da Tchecoslováquia, sua supremacia militar hegemônica na região estava ameaçada (SCALERCIO, 2003).

Após uma negociação secreta espúria entre França, Inglaterra e Israel, as duas primeiras invadiram o Egito. Apesar de não se envolverem diretamente na Guerra do Suez, tanto EUA quanto URSS manifestaram descontentamento com a ação das duas potências menores e Israel.

Com o apoio dos EUA, o desfecho foi a criação através da ONU, da Força Internacional de Emergência, com efetivo composto inclusive de tropas brasileiras, que se deslocaram até a região para apaziguar o conflito, ainda que temporariamente.

Depois de 1956 ainda haveria outro conflito decisivo para o destino de árabes e israelenses: A Guerra dos Seis Dias. Em 5 de junho de 1967 Israel atacou o Egito, ocupando rapidamente o Sinai, Jerusalém Oriental, a parte palestina da Jordânia e parte do Sul da Síria. A vitória rápida na guerra, além de aumentar significativamente seus territórios, sedimentou definitivamente a afirmação de que Israel era militarmente superior aos árabes, e, portanto, atraiu a simpatia das potências Ocidentais, dando aos judeus o status oficiais de aliados dos americanos no Oriente Médio (HOURANI, 1991). Daí o estreitamento das relações entre Israel e Estados Unidos foi uma questão de tempo, desse relacionamento origina-se quando não a

cumplicidade das ações desproporcionais e violentas de Israel contra os árabes, uma permissividade por parte das potências Ocidentais e da ONU.

Ainda que as ações de Israel sejam claramente reprováveis pelas organizações internacionais e indefensáveis pelas potências Ocidentais, prevalece nestas relações a máxima de Tucídides de que "A identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos". Esse relacionamento é recíproco, pois, enquanto Israel defende os interesses norte-americanos no Oriente Médio, os EUA fortalecem militar e politicamente a presença israelense.

Quando se acentuaram as rivalidades da Guerra Fria, o mundo foi palco da prática de inúmeras ações empregadas pelas duas potências hegemônicas para dominar ou atrair os países para sua órbita. Em 1951 ascendeu ao poder no Irã Mohammed Mossadegh, nacionalista que flertava com o Tudeh, partido pró-Soviético, e promoveu a expropriação da concessão de petróleo dos britânicos. A essa altura o petróleo havia se tornado o eixo das relações entre Oriente Médio e o Ocidente, nesse caldeirão de interesses também vigorava a lógica da Guerra Fria, EUA e Grã-Bretanha não poderiam se dar ao luxo de permitir que o Irã se aproximasse dos soviéticos, muito menos se privar da exploração do petróleo naquele país. Assim, promoveram um golpe de Estado, por meio de uma ação encoberta conjunta dos serviços de inteligência norte-americano e britânico, a CIA e o MI6 para destituir Mossadegh e substituí-lo pelo Xá Reza Pahlavi, alinhado com o Ocidente. A

prática da *covert action* para promover golpes de Estado e reposicionar governantes para impedir a subversão comunista e garantir a promoção de interesses americanos se tornou muito comum nas seis décadas de Guerra Fria (LITTLE, 2003).

Durante o período da Guerra Fria o governo do Xá Pahlavi manteve-se próximo dos EUA, mesmo não compartilhando da ideologia das democracias liberais ocidentais (o governo do Xá foi caracterizado pela autocracia, marcado pela repressão política com tortura e assassinato de dissidentes), o Xá era visto como um aliado incondicional. Em verdade, o fato de se dar suporte a um governo ditatorial pouco importava, o eixo da relação era o controle das provisões de petróleo como forma de manutenção da hegemonia econômica global. Outro aspecto relevante da relação entre EUA e Irã, é o fato de que aquele temia a ascensão deste como potência regional no Oriente Médio e, da mesma maneira que uma possível aproximação com a URSS deveria ser evitada, os norte-americanos deveriam se empenhar para conter o crescimento iraniano.

Com o advento da revolução no Irã em 1979 floresceu um processo de “desocidentalização” do país, a monarquia foi destronada, o Xá Pahlavi deposto e expulso do país, e a relação estreita com os americanos foi bruscamente cortada, figurando o Irã até hoje como um obstáculo aos interesses dos EUA na região.

6 O PARADOXO DO IMPERIALISMO AMERICANO E O TERRORISMO

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

Nem sempre os EUA adotaram uma política externa intervencionista no Oriente Médio. No início do século XX, a presença americana na região era tímida, e resumia-se ao interesse de grupos religiosos missionários que buscavam a evangelização e americanização das populações locais (RATO; SOLLER, 2008).

Nota-se, a partir do início do século XX um ponto de inflexão nesse paradigma, que até então era carregado de traços da não-intervenção nos assuntos do restante do globo e na autodeterminação e liberdade dos povos, ideais tão caros aos *Founding Fathers of the United States*⁵. O ideal anti-imperialista que remetia às origens revolucionárias da independência americana permaneceu vivo até pouco antes da guerra hispano-americana, o que é possível vislumbrar na fala do cientista social William Graham Sumner resgatada no livro de Morgenthau:

Quando, na esteira da Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos pareciam querer abandonar esse ideal anti-imperialista e democrático, William Graham Sumner reiterou a sua essência: "A expansão e o imperialismo constituem um enorme ataque à democracia [...] a expansão e o imperialismo se chocam com as melhores tradições, princípios e interesses do povo americano" (MORGENTHAU, 2003, p. 1434).

⁵ Os Pais Fundadores dos Estados Unidos, que assinaram a Declaração de Independência e lideraram a guerra revolucionária de libertação das treze colônias britânicas.

A guerra hispano-americana⁶, portanto, marca uma mudança na política externa dos EUA, que na contramão de suas melhores tradições, convergiu-se na agenda da expansão territorial e da ingerência nos assuntos alheios. Assim, percebe-se que conforme o poderio americano aumentava, igualmente crescia a intervenção americana em assuntos internos de diversos países do globo.

O processo de transição de potências que se deu no final da Segunda Guerra Mundial não somente substituiu os jogadores, mas também as regras do grande jogo. Inaugurou-se uma nova fase do imperialismo. A dominação colonial através da anexação física de territórios no estrangeiro foi substituída por outras práticas: “Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra” (HARVEY, 2004, p. 239). O endividamento dos países do mundo subdesenvolvido através de empréstimos, a pressão militar e o uso do arsenal atômico como instrumento de persuasão, o sistema de *regime change*⁷ por meio do controle de fantoches a serviço dos interesses ocidentais e o apaziguamento das massas pelo *soft power*⁸ eram as novas práticas de dominação.

⁶ Conflito entre Espanha e Estados Unidos ocorrido em 1898, foi a primeira vitória militar norte-americana contra uma potência estrangeira e marcou de vez sua entrada nas disputas políticas internacionais.

⁷ É a substituição de um regime político por outro, por meio de golpe de Estado, guerra ou revolução provocada por um organismo externo, tal prática tem sido reiteradamente empregada pelos EUA para substituir governos hostis aos seus interesses por outro mais favorável.

⁸ *Soft power* ou poder brando é comumente empregado no contexto das Relações Internacionais para descrever o poder ou habilidade de influenciar politicamente outras nações através da cultura e da ideologia.

Essas intromissões foram a gênese de uma nova fase de instabilidade que se espalhou no Oriente Médio, que já vinha desgastado pela presença das potências europeias na primeira metade do século XX. A desordem proporcionaria o ambiente perfeito para a incubação dos grupos terroristas extremistas islâmicos que conhecemos hoje.

Apesar da promoção de golpes de Estado, e da intervenção política constante, entre 1945 e os ataques de 11 de setembro os Estados Unidos empreenderam relativamente muito poucas incursões militares com tropas próprias no Oriente Médio, sendo estas indiretas, citando os casos de 1948 na Guerra Árabe Israelense, 1956 na crise do Suez, Guerra dos Seis Dias em 1967, Guerra do Yom Kippur em 1973 e na Guerra do Irã-Iraque em 1980.

Mas as causas da desestabilização da região não se restringiam às ações indiretas, os EUA na década de 1970 e 1980 participaram ativamente no financiamento e treinamento de grupos formados por fundamentalistas Islâmicos, a exemplo, lembremos dos *mujahidin* que combateram as tropas soviéticas quando a URSS invadiu o Afeganistão. Ao final da Guerra Fria o Oriente médio estava inundado com armas e *jihadistas* treinados pelo Ocidente e que outrora serviram aos Estados Unidos no combate ao comunismo. Assim relata Luiz Alberto Moniz Bandeira:

Foram a CIA e o Inter-Services Intelligence (ISI) do Paquistão e o Ri'sat Al-Istikhbarat Al-'Amah, serviço de inteligência da Arábia Saudita, que institucionalizaram o terrorismo em larga escala, com o estabelecimento de campos de treinamento no Afeganistão, a fim de combater as tropas da União Soviética (1979-1989), fornecendo aos mujahidin toda

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

sorte de recursos e sofisticados petrechos bélicos – de 300 a 500 mísseis antiaéreos Stinger, dos Estados Unidos. O próprio general Pervez Musharraf, ex-ditador no Paquistão, confessou em suas memórias que “*we – the United States, Pakistan, Saudi Arabia, and all those who were allied with us in Afghan Jihad – created our own Frankenstein monster*”. A CIA forneceu em torno de U\$\$ 3,3 bilhões, dos quais pelo menos a metade proveio do governo da Arábia Saudita. Mais de U\$\$ 250 milhões fluíam, mensalmente, para os mujahidin da Arábia Saudita e de outros países árabes (BANDEIRA, 2014, p.37).

Este é um dos exemplos entre inúmeros em que os EUA financiaram e treinaram elementos que posteriormente fugiriam ao seu controle para se tornarem hostis aos norte-americanos, um caso clássico da criatura que se volta contra o criador.

Após a Segunda Guerra Mundial, e especialmente após o fim da Guerra Fria, quando os EUA passaram a reinar solitários como potência hegemônica, vemos o surgimento de uma nova fase do imperialismo, de certa forma velado, rejeitado nos discursos oficiais, pois o próprio termo já há muito era visto de forma pejorativa, mas amplamente praticado de uma forma que David Harvey passou a denominar “acumulação por espoliação”⁹:

Mais ainda, as sucessivas ondas de acumulação por espoliação, a marca distintiva do novo imperialismo centrado nos EUA, estão suscitando resistência e ressentimento onde quer que irrompam, gerando não apenas um ativo movimento antiglobalização mundial (cuja forma difere bastante da das lutas de classe imbricadas na reprodução ampliada), mas também uma ativa resistência à hegemonia dos EUA por parte

⁹ Termo formulado por David Harvey para designar as práticas imperialistas de domínio e exploração dos espólios coloniais, cujo objetivo maior é a acumulação de capital.

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

dos poderes subordinados previamente maleáveis a sua influência, particularmente na Ásia (Coreia do Sul é um caso), e agora inclusive na Europa (HARVEY, 2004, p. 406).

Se tornou difícil convencer a opinião pública mundial de que as formas tradicionais de imperialismo possam contribuir com o bem da humanidade e a paz mundial, portanto, o termo foi expurgado do discurso oficial, e as antigas práticas coloniais imperialistas foram substituídas por outras, especialmente na forma da supremacia do mercado, portanto, a economia passou a ser o mais poderoso instrumento de dominação. Suscitou-se até o “fim da história” como no livro de Francis Fukuyama que argumentou que o mundo estava apaziguado graças à vitória da ideologia da economia e democracia liberais. Até então, Washington não precisava de uma política militarista no Oriente Médio, visto que os interesses coincidiam com os de seus aliados – Israel e os países do Golfo Árabe – na região, e seriam bem atendidos pela via econômica e diplomática. Entretanto, passada a euforia inicial do “triumfo do capitalismo”, viu-se que a *Pax Americana*¹⁰ que vigorara desde o fim da Segunda Guerra Mundial era uma ilusão. “O mundo como um todo não teve paz desde 1914 e não está em paz agora” (HOBSBAWM, 2008, p. 207).

Passada a “ressaca” da Guerra Fria, os EUA precisavam de uma nova ameaça global para justificar o militarismo crescente e

¹⁰ Refere-se ao papel hegemônico dos Estados Unidos no globo e supõe que tal hegemonia teria o efeito benéfico de garantir a paz e a prosperidade mundial. Remetendo-nos a impérios predecessores, no período de ouro de Roma fora usada a terminologia *Pax Romana*, igualmente empregada no apogeu do Império britânico na forma *Pax Britannica*.

alimentar a fornalha de sua indústria bélica. A exemplo da importância deste setor para a economia americana, a cadeia produtiva do complexo de sua indústria militar criou mais de 2 milhões de empregos nos anos 1980, durante o governo Nixon, que introduziu o terrorismo como a nova ameaça (BANDEIRA, 2014).

O ápice da intervenção americana no Oriente Médio, como é sabido, se deu a partir da política externa adotada pelo governo de George W. Bush, sendo o marco desta guinada os eventos de 11 de setembro. A recente movimentação americana para um imperialismo escorado no poderio militar é um indicativo de que os EUA enxergam que sua hegemonia no globo está em risco, essa sensação pode ser associada à ascensão da China por exemplo. Sob a perspectiva realista trazida por Hans Morgenthau, existem três cenários possíveis que orientam os Estados no tabuleiro das relações internacionais: a busca pelo poder, a conservação do mesmo e a sua demonstração (MORGENTHAU, 2003). O que vemos diante das ações norte-americanas, é um exercício na tentativa de manutenção do *staus quo*, ou seja, da conservação de seu poder alcançado.

A grande recessão que se desencadeou em 2008 dá sinais claros de que no campo econômico, os Estados Unidos estão perdendo poder, a unipolaridade aparenta estar esmaecendo no horizonte, e o declínio hegemônico sempre trará consequências importantes (LAYNE, 2012). Uma delas são as aventuras bélicas recentes, que trazem o duplo benefício de fomentar a indústria armamentista da qual a economia americana é altamente

dependente e controlar as reservas de petróleo por meio da invasão militar.

Daí a necessidade de um novo inimigo que justifique as ações americanas: o terrorismo.

Nenhum império, por mais poder que detenha, consegue se manter de pé por muito tempo sem que justifique suas aspirações diante das outras nações do globo. Outrora arguiu-se como justificativa o “fardo do homem branco” e sua missão civilizatória, hoje, carrega-se o estandarte da proteção dos Direitos Humanos e a promoção da democracia. Os EUA posicionaram-se como os portadores universais de tais estandartes, uma verdadeira panaceia, que em tese serviria de remédio para todos os males, especialmente o terrorismo. Todavia, esta estratégia tem se apresentado mais como o veneno que o antídoto, especialmente o que provou a experiência do governo Bush. Algumas sociedades do globo simplesmente são incompatíveis com o modelo Ocidental de democracia, ou apenas, por questões culturais, não a desejam. “A democracia, os valores ocidentais e os direitos humanos não são como produtos tecnológicos de importação, cujos benefícios são óbvios desde o início e que são adotados de uma mesma maneira por todos os que têm condições de usá-los.” (HOBBSAWM, 2008, p. 174). Um estudo citado pelo *Congressional Research Service* concluiu que em alguns casos a promoção forçada da democracia pode causar ainda mais instabilidade em determinadas regiões:

Outra preocupação sobre a promoção de democracia é que ela pode ter um efeito destabilizador sobre uma região inteira. Um estudo realizado em 2005 em Harvard concluiu que: “[nossa] pesquisa mostra que transições democráticas incompletas – aquelas que estagnaram antes de alcançar o estágio completo de democracia – aumentam a chance de envolvimento em guerras internacionais em países onde instituições governamentais estão enfraquecidas durante a transição”. Às vezes, a região pode se tornar instável porque o país onde a transição ocorre pode iniciar um ataque de fronteira ou ser vítima dele, particularmente se possuir instituições ou forças armadas fracas¹¹ (CONGRESSIONAL RESERACH SERVICE, 2007, p.10, tradução nossa).

A estratégia da promoção da democracia é falha ao alcançar os fins a que se propõe não apenas por um erro de cálculo, mas porque revela-se um artifício para mascarar as verdadeiras intenções de dominação e promoção dos interesses ocidentais, e para que tenham aceitação da opinião pública e das instituições, é acariciada pelo tom idealista da empreitada. Os EUA e demais países da coalizão ocidental a reboque, pretendem com tais estandartes, a docilização dos regimes da região, para facilitar o controle das ricas reservas de petróleo ali existentes.

De acordo com dados da OPEP, em março de 2003, quando se iniciou a invasão do Iraque, a demanda mundial de petróleo era de

¹¹ Another concern about democracy promotion is that it can have a destabilizing effect on an entire region. A 2005 Harvard Study concluded that “[Our] research shows that incomplete democratic transitions — those that get stalled before reaching the stage of full democracy — increase the chance of involvement in international war in countries where governmental institutions are weak at the outset of the transition.”²⁸ At times, the region can become unstable because the transitioning country initiates cross-border attacks, or may be the victim of these attacks, articularly if it has weak democratic institutions or a weak military.

76,58 mb/d (milhões de barris por dia) dos quais 2,481mb/d milhões eram produzidos no Iraque, de um total de 27,103 mb/d produzidos pelos membros da OPEP, sendo a demanda americana de 24,2 mb/d àquela época (OPEP,2003).

Contudo, concretizada a ocupação militar, substituído o regime por outro proveniente de uma elite local manipulada, os problemas começam quando se afigura impossível substituir a identidade civilizacional, os costumes e a cultura do povo receptor do “pacote democrático”.

A teoria da paz democrática de que democracias não lutam umas com as outras, ajudou os *neoconservadores* a superar a crise de identidade pós-Guerra Fria. Substituindo a ameaça da União Soviética pela ameaça do terrorismo e dos *rogue states*¹², dando sustentação aos desígnios ocidentais. Essa corrente ganhou ainda mais impulso com os ataques de 11 de setembro e serviu de justificativa para as invasões do Afeganistão e Iraque, o que acabou por se tornar uma cruzada militar sem fim sob o manto de um projeto de democratização do Oriente Médio. As nações poderosas do mundo aproveitaram os acontecimentos para pôr em prática suas agendas em um momento em que a opinião pública mundial ofereceria pouca ou nenhuma resistência aos seus planos.

¹² Expressão empregada principalmente na retórica norte-americana para denominar os Estados considerados uma ameaça à paz mundial. Tais Estados, reuniriam algumas características em comum, entre elas violação dos direitos humanos, regime autoritário e promoção do terrorismo.

Anos após o acirramento da “guerra ao terrorismo” se desvelam seus efeitos nefastos: aniquilação de populações no Oriente Médio, deslocamento humanitário e um aumento na frequência e violência com que os atentados ocorrem, especialmente na Europa, como demonstraram os recentes atentados de Paris e Bruxelas. Todavia, o combate ao terror não só tem se mostrado ineficiente como tem contribuído para o aumento dele. Como explicar a paradoxal relação estreita entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita? Sendo este país o maior exportador do wahabismo, a vertente mais radical e conservadora do Islã e pedra fundamental da maioria dos grupos terroristas. Nas palavras de Noam Chomsky:

Na verdade, há uma forma simples de os Estados Unidos reduzirem de maneira muito significativa a quantidade de terrorismo no mundo, e que consiste, simplesmente, em pararem de apoiá-lo e participar dele” (CHOMSKY, 2005, p.73).

E aqui não falamos apenas do financiamento de células terroristas no passado recente, ou da amizade maculada com nações que as financiam, mas do próprio terrorismo de Estado americano.

É de conhecimento público o ataque às populações civis com o uso de *drones*, que começaram durante o governo de Bush e aumentaram severamente pelas mãos de Obama. Um caso emblemático dos desdobramentos negativos que o aumento das operações com *drones* podem ter, ainda que declarado como um acidente, foi o recente caso do bombardeio às instalações do *Médecins Sans Frontières* noticiado por toda a mídia internacional. Tais operações, têm ceifado números assustadores de vidas civis, e

em decorrência disso há um efeito negativo, que faz com que as populações afetadas passem a hostilizar ainda mais a presença ocidental, revoltando-se, e facilitando a tarefa da radicalização empregada pelas células terroristas que operam na região. Em uma carta direcionada à Barack Obama, um advogado iemenita escreveu: “Caro Obama, quando um míssil disparado por um Drone dos Estados Unidos mata uma criança no Iemen, o pai certamente irá à guerra contra você, e isso não tem relação com a Al Qaeda”¹³ (MOTHANA, 2012, tradução nossa).

Os americanos não mais podem falar com autoridade moral sobre questões humanitárias, a partir do 11 de setembro as ações armadas dos EUA passaram a violar ao menos 10 de 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de modo que estão a abandonar seu papel de *champion of human rights* (CARTER, 2012). Os Estados Unidos têm assumido uma postura de inimigos da paz, atropelando os direitos humanos para dar prosseguimento à cruzada maniqueísta do bem contra o mal.

Afora os motivos que levaram às recentes invasões, é certo que, seja intencionalmente, ou por desastre, a presença americana acentuou a desordem no Oriente Médio. O exemplo mais recente foi o do surgimento do autoproclamado Estado Islâmico, que só foi possível diante do vácuo de poder que se instaurou após a derrubada de Saddam Hussein.

¹³ “Dear Obama, when a U.S. drone missile kills a child in Yemen, the father will go to war with you, guaranteed. Nothing to do with Al Qaeda”

De acordo com Reginaldo Nasser (2014), a ascensão do Estado Islâmico deve-se à repressão de sunitas promovida pelo governo do primeiro-ministro xiita Nuri al-Maliki. Cerca de 6 milhões de iraquianos sunitas passaram a ser perseguidos pelo novo regime, em sua maioria jovens desempregados que veem no Estado Islâmico uma alternativa. Ainda que o “demônio” Saddam Hussein tenha sido expurgado, em suma, a Guerra do Iraque foi um espetáculo catastrófico orquestrado pelo Ocidente. Não foram encontradas armas de destruição em massa, os objetivos de levar uma democracia naquele país falharam, e o conflito promoveu uma carnificina que está longe de terminar, muito embora o território iraquiano esteja pronto para ser explorado economicamente para as potências ocidentais.

As invasões do Iraque e Afeganistão sinalizam no horizonte a volta à uma forma de imperialismo aberto, ainda que ora despido de seus trajes coloniais, manifestado na forma de invasão e controle, mas hoje respaldado por um discurso humanitário e democrático, o que Eric Hobsbawm (2008) chamou de “imperialismo dos direitos humanos”.

Não obstante o *modus operandi* das nações imperialistas ter se modificado em relação ao que era praticado no século XX, seus efeitos nefastos para as populações dominadas permaneceram os mesmos. A diferença é que hoje com a porosidade das fronteiras, a revolta do oprimido pode alcançar facilmente o solo do opressor, e diante da disparidade de armas, o mecanismo de insurreição toma forma nas ações terroristas, na *jihad*, um dos pilares da fé islâmica.

Washington se vê em um lamaçal, e necessita recalibrar sua diplomacia para a região, as revoltas de 2011 no Egito, Líbia e Síria, revelaram que estas sociedades não estão aptas a dar o próximo passo em direção à democracia, no meio do processo estão questões como a saída ou permanência de Bashar Al Assad na Síria, o acordo nuclear com o Irã e a falta de condições para que os aliados norteamericanos caminhem com suas próprias pernas após a retirada das tropas em 2011 (SIMON; STEVENSON, 2015). Uma tomada de decisão equivocada acerca destas questões poderia provocar o fortalecimento das células terroristas que ali operam, especialmente o ISIS.

7 O COMPORTAMENTO ÁRABE COMO REFLEXO DA DOMINAÇÃO

A insurreição dos árabes contra o Ocidente é um comportamento esperado. Não há grande surpresa no aumento dos ataques terroristas, a resposta está no óbvio, como tem argumentado Noam Chomsky:

Logo, se vocês quiserem escutar algumas vozes fora do casulo, não será difícil ouvi-las, e elas responderão por que existe uma campanha de ódio contra nós, quer agora, quer em 1958, assim como em boa parte do resto do mundo, onde as pessoas simplesmente não gostam de ser reduzidas a pó sob as botas de terceiros (CHOMSKY, 2005, p.114).

O terrorismo é cruel e violento, mas o único meio de amplificar a voz dos povos do Oriente Médio já que esses não

dispõem de forças armadas capazes de fazer frente à violência sofrida. Não se está aqui tentando justificar a violência, mas, explicá-la, sob uma ótica compromissada mais com a paz mundial e menos com o sistema de manutenção da exploração do Oriente Médio pelo Ocidente vigente há muito.

Eric Hobsbawm (1988) aponta que durante o imperialismo colonial as potências rejeitavam as explicações econômicas para os conflitos que eclodiam naquele momento, e que as respostas se concentravam em argumentos de origem psicológica, ideológica, cultural e política. Infere-se do cenário atual que a lógica não mudou.

O Ocidente se tornou refém de uma explicação moral para a violência árabe, o que ofusca as verdadeiras raízes do terrorismo e que ganhou força através de ideólogos como Samuel P. Huntington (1997) e seu “Choque de Civilizações”, no qual advoga que os conflitos no mundo têm origem nas diferenças étnicas e religiosas. A teoria poderia ser facilmente confirmada se as intenções do observador fossem defender a dominação de um povo que supostamente representa ameaça ao outro. Mas o terrorismo é uma questão sociopolítica, é a manifestação endêmica e violenta resultante da pauperização de um povo. Por mais que as diferenças culturais e religiosas sejam claramente visíveis, a presença do intruso na região e o abismo social que separa as civilizações Ocidental e Médio-Oriental são os fatores determinantes para o “choque”. É a luta de classes levada ao plano internacional, e mais que um choque entre civilização Ocidental e Oriental, é o histórico choque entre hemisfério Norte e hemisfério Sul do globo, entre metrópole e colônia, contudo,

TRAUMANN, A.; MAROS, V.

intensificado na região do Oriente Médio em razão de suas características peculiares. Nanda Shrestha e Kenneth Gray argumentam que:

Se as linhas de fratura entre culturas mencionadas por Huntington existem, elas existem porque após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos decidiram interferir nos assuntos internos dos Estados, assim, repetidamente violando seu direito de autodeterminação e soberania (GREY;SHRESTHA, 2006, p.39, tradução nossa).

Pritchett (1997) citando Bairoch (1993) aponta que durante o século XIX quase não existia *gap*¹⁴ entre hemisférios Norte e Sul, ou seja, antes do auge do colonialismo. Entende-se a partir dessa afirmação, que a passagem ocidental pelo Oriente Médio foi ao mesmo tempo o motor para o desenvolvimento ocidental e a causa do subdesenvolvimento dos países árabes. Ao passo que as metrópoles enriqueciam, as colônias ao redor do mundo empobreciam. Não há outro resultado esperado que não o apelo à violência quando se revela a um povo que a causa de suas mazelas é a exploração pelo outro. Tratamos aqui de um ambiente habitado por civilizações antigas e orgulhosas de seus feitos e irredimidas com o fato de ter seu destino determinado pela vontade de outro povo.

¹⁴ Lacuna, disparidade social entre as populações das diversas camadas da sociedade, neste caso, no plano global.

Ao contrário do que reverbera no Ocidente, o elemento religioso não exerce tanta influência na escolha dos aspirantes a combater nas fileiras do ISIS por exemplo, a doutrina islâmica não se presta fundamentalmente à violência. “Alguns muçumanos citaram as escrituras para justificar a violência, e alguns as citaram para justificar a paz”¹⁵ (McCANTS, 2015, p.1, tradução nossa). Assim escreve Alireza Doostdar sobre o recrutamento desses combatentes: “O ISIS emergiu dos incêndios da guerra, ocupação, assassinato, tortura e da supressão do direito de autodeterminação. Ele não precisa vender sua doutrina para recrutar. Precisa apenas provar efetividade contra seus inimigos”¹⁶ (DOOSTDAR, 2014, tradução nossa).

É importante frisar que as alas radicais do islamismo se beneficiam da espetacular capacidade de mobilização, característica natural do Islã, recrutando os marginalizados pelo processo de ocupação, há sim no Islã um elemento de atração de massa, mas não é ele o núcleo fundamental da violência. A raiz, como já foi dito, é a degradação moral e social provocada pela convulsão da região.

O resultado da presença ocidental é uma crise humanitária sem precedentes na história. Dados do *United Nations High Commissioner for Refugees* dão conta de que em 2015 o número de refugiados de origem iraquiana alcançou o número de 377.747

¹⁵ “Some Muslims have cited Scripture to justify violence, and some have cited it to justify Peace”

¹⁶ “But ISIS emerged from the fires of war, occupation, killing, torture, and disenfranchisement. It did not need to sell its doctrine to win recruits. It needed above all to prove itself effective against its foes.”

peças e que o conflito causou um deslocamento humanitário que chega a 3.962,142 de indivíduos. Na Síria, o mais recente palco de uma guerra civil, a situação se mostra terrivelmente pior, com 4.194.554 de pessoas buscando refúgio e 7.632,500 deslocadas pelo território do país (UNHCR, 2015).

Estes dados, além da dimensão sofrimento que representam, indicam uma outra tendência negativa provocada pelo abandono da terra natal: a fuga de cérebros nos países que vivenciam conflitos. A emigração forçada, como aponta Ibrahim Elnur (2003) causa uma erosão no “estoque de habilidades” dos países, quando a elite intelectual abandona sua terra natal, deixa um vácuo que causa a diminuição da capacidade produtiva, e o declínio da saúde e educação (ELNUR, 2003). Quantos engenheiros e médicos brilhantes podem estar entre os refugiados vindos da Síria que chegam todos os dias em solo europeu? Essa força de trabalho qualificada passa então a alimentar a cadeia produtiva dos países enquanto desfalca os países de origem. A longo prazo, isso traz efeitos devastadores para a economia.

Torna-se tarefa muito fácil a cooptação de civis pelos terroristas quando as populações são constantemente arrasadas pela guerra e por ataques perpetrados pelos norte-americanos. Quando o desespero do desabrigo e da quase inanição batem à porta, e a violência do invasor recaem sobre as populações das regiões ocupadas, a alternativa de muitos é a *jihad*, (BANDEIRA, 2014).

Ainda que possam acusar este argumento de uma mera justificativa para violência, trata-se sim de uma guerra de independência tardia.

Seria cândido aceitar que as barbaridades recentemente perpetradas em solo Europeu o foram por motivos tão somente religiosos, se há “atraso” no pensamento islâmico como teorizam alguns autores, esse tem origem na exploração pelo ocidente. Os árabes buscam há pelo menos um século livrar-se do jugo ocidental, ao que nos parece, enquanto existirem reservas de petróleo e outros interesses ocidentais na região, permanecerá a presença estrangeira, e os árabes, por sua vez, continuarão a utilizar das armas que têm para se libertar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2016 completam-se cem anos da assinatura às escuras do acordo Sykes-Picot. Quando falamos na essência do imperialismo, pouco mudou nesse período, mas o tempo corrói as relações entre Estados e entre indivíduos de modo que sustentar certas práticas certamente cria animosidades sensíveis entre eles. Desde os primórdios da ocupação o mundo árabe organizara-se contra a dominação colonial franco-britânica. O fundamentalismo político islâmico teve seu florescimento já em 1928 com a criação da Irmandade Muçulmana por Hasan Al Bana no Cairo. As características fundamentais de repúdio à presença estrangeira foram preservadas nos grupos da atualidade, como o Hamas, a Al

Qaeda e mais recentemente no ISIS. Os desdobramentos do acordo, portanto, pertencem ao nosso tempo.

Assim como também continua a fazer parte deste século a importância estratégica do Oriente Médio para o Ocidente, onde se produz 1/3 de todo o petróleo no mundo. O canal do Suez ainda é a artéria de ligação entre a Europa e a Ásia, por onde passa 8% do comércio mundial e 3% do suprimento de energia do mundo.

Em um momento em que os EUA veem seu poder ameaçado, é de se esperar que se utilizem de todos os meios de que dispõem para conservá-lo, para manter o *status quo* na região em questão e no globo. Entretanto, dada a magnitude deste relativamente jovem império, a cada passo que dá, o mundo estremece um pouco. Assim, afastadas as ponderações realistas, faz-se imperioso reconhecer que os EUA não podem utilizar-se da persecução de seus desígnios hegemônicos em total desrespeito às questões importantes da agenda internacional como os direitos humanos e a paz entre os povos. Entende o autor que a questão da paz mundial superou seus traços idealistas, tornando-se uma necessidade sem a qual a sobrevivência humana será impossível, sabendo do potencial de autodestruição que alcançamos.

Novamente, sob uma ótica realista, a humanidade nos tem mostrado que o uso da força e da violência são instrumentos legítimos para a persecução de objetivos políticos, e sob essa perspectiva, ou se legitima as ações perpetradas por grupos terroristas enquanto um ato político, ainda que essas forças não estejam organizadas em forma de Estado, ou se deslegitima as do

terrorismo de Estado americano. Colocamo-nos em uma situação paradoxal em que não há como combater o terrorismo com violência sem legitimá-la como instrumento para a persecução de objetivos políticos. A violência praticada pelos Estados contamina o espírito humano com a permissividade para a barbárie.

Reconhece-se que a violência praticada pelos grupos terroristas – ainda que relativamente incomparável às proporções da violência praticada pelos Estados invasores – é injustificável, entretanto, explicável. Para combater o terrorismo faz-se necessário entendê-lo, escavar suas raízes históricas e admitir a contribuição ocidental na sua origem. Não se trata aqui de um julgamento em busca de culpados, mas há uma responsabilidade direta que precisa ser assumida, sendo este o primeiro passo para a resolução do problema. No emaranhado onde se encontra a questão do terrorismo, permanecem insolúveis questões interligadas e com origem comum: o futuro dos curdos, a criação de um Estado palestino e a presença agressiva de Israel.

Diante da afirmativa de que o terrorismo encontra terreno fértil para se desenvolver em um ambiente social e econômico totalmente destruído pela guerra e pela exploração, entende-se que o ideal seria a reconstrução da região, respeitadas as particularidades e a época do caso de que tratamos, mas com o mesmo comprometimento do European Recovery Programme, o Plano Marshall, particularmente tomando-se como exemplo o caso da Alemanha pós-Guerra. Para o apaziguamento dos povos árabes e por consequência, o expurgo do terrorismo, é imprescindível o

desenvolvimento econômico e industrial da região, mas não com vistas ao enriquecimento ocidental ou de meia dúzia de déspotas árabes, mas à diminuição das disparidades entre as populações habitantes e o resto do mundo. Esta alternativa, é claro, no momento revela-se utópica, porquanto não interessa às potências ocidentais o desenvolvimento do Oriente Médio, mas, tão somente a exploração do petróleo. No estado em que nos encontramos, ainda que fosse iniciada hoje uma operação de revitalização com propósitos verdadeiramente benevolentes, a ferida causada por cem anos de presença ocidental continuaria aberta por pelo menos igual período.

Em razão da enormidade e complexidade dos problemas que orbitam o Oriente Médio, é consenso que não há apenas um argumento, verdade ou caminho a ser tomado em busca das soluções, mas um ponto de partida é a revisão histórica por iniciativa daqueles que a escreveram, ou seja, os vencedores. E indubitavelmente, não há como pavimentar uma estrada para a paz mundial sem antes serem resolvidas as questões latentes que convulsionam a encruzilhada do mundo.

REFERÊNCIAS

BAIROCH, Paul. **Economic and world history: myths and Paradoxes**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

CARTER, Jimmy. **A cruel and unusual record**. The New York Times.2012 Disponível em:http://www.nytimes.com/2012/06/25/opinion/americas-shameful-human-rights-record.html?_r=0 Acesso em: 20 de abril de 2016.

Revista Relações Internacionais no Mundo Atual, n. 21, v. 1, p. XX-XX, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Poder e terrorismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CRS, Congressional Research Service. **Democracy promotion: cornerstone of U.S. foreign policy?** CRS Report for Congress, 2007. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34296.pdf>
Acesso em: 10 de março de 2016.

DOOSTDAR, Alireza. **How not to understand isis**. Jadaliyya, 2014. Disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/19485/how-not-to-understand-isis> Acesso em: 29 de abril de 2015.

ELNUR, Ibrahim. **11 september and the widening north-south gap: root causes of terrorism in the global order**. Arab Studies Quarterly, 2003. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=10765073&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 08 de março de 2016.

FELDBERG, Samuel. **Acordo sykes-picot (1916). História da Paz**. 2.ed. Org. por Demétrio Magnoli. São Paulo: Contexto, 2012.

FISHER, W.B. **The Middle East: A Physical, Social and Regional Geography**. New York, 1950.

FROMKIN David. **Paz e guerra no oriente médio**. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

GALVÃO, Tiago Gehre. **Responsabilidade sistêmica e o conflito no Oriente Médio**. Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, 2009. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=fch&AN=41135921&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 15 de março de 2016.

GARDNER, David. **Middle East cracking up**. Financial Times, 2013. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/82550c80-4c7e-11e3-958f-00144feabdc0.html#slide3>

Acesso em: 10 de abril de 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLBROOK, Richard. **Washington's battle over Israel's birth**. Washington Post, 2008. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/05/06/AR2008050602447.html> Acesso em: 07 de abril de 2016.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 1.ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

KHALIL, OSAMAH. **The Crossroads of the World: U.S. and British Foreign Policy Doctrines and the Construct of the Middle East, 1902–2007**. 2014, Diplomatic History. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=2&sid=26c4348b-3c54-405f-b9d75ef8d45cd5cf%40sessionmgr107&hid=102&bdata=Jmxhbm9cHQtYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=94997883&db=afh> Acesso em 25 de abril de 2016.

LAYNE, Christopher. **This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana**. International Studies Quarterly, 2012. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=73489764&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 01 de maio de 2016.

LITTLE, Douglas. **Mission Impossible: The CIA and the Cult of Covert Action in the Middle East.** Diplomatic History. Nov. 2004. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=26c4348b-3c54-405f-b9d7-5ef8d45cd5cf%40sessionmgr107&vid=6&hid=102> Acesso em: 12 de abril de 2016.

MAHAN, Alfred Thayer. **The persian gulf and international relations.** The National Review. Disponível em: <https://archive.org/details/retrospectprosp00maha> Acesso em: 15 de março de 2016.

McCANTS, William. **Islamic Scripture Is Not the Problem.** Foreign Affairs. 2015. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=0ac88a4d-81e1-49d2-95b7-c8465ac1509c%40sessionmgr4002&vid=4&hid=4204> Acesso em: 28 de março de 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOTHANA, Ibrahim. **How Drones Help Al Qaeda.** The New York Times, 2012. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/06/14/opinion/how-drones-help-al-qaeda.html?_r=0 Acesso em: 07 de maio de 2016.

MUIR, Irbil. **O polêmico acordo feito há 100 anos na raiz de conflitos no Oriente Médio.** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891> Acesso em: 18 de maio de 2016.

NASSER, Reginaldo. **O Que Move o Estado Islâmico?** Carta na Escola. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/o-que-move-o-%E2%80%A8estado-islamico/> Acesso em: 23 de abril de 2016.

OPEC. **Monthly oil market report.** Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/MOMR_032003.pdf Acesso em: 01 de maio de 2016.

PRITCHETT, Lant. 1997 **Divergence, big time.** The Journal of Economic Perspectives, 1997. disponível em: <http://www.econ.nyu.edu/user/debraj/Courses/Readings/Pritchett.pdf?seq=14> Acesso em: 05 de maio de 2016.

QUATAERT, Donald. **O império otomano: das origens ao século XX.** São Paulo: Edições 70, 2008.

RATO, Vasco; SOLLER, Diana. **A Grande Estratégia Americana no Médio Oriente.** 2008. Disponível em http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/509/1/NeD121_VascoRato_DianaSoller.pdf Acesso em 25 de abril de 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SHINDLER, Collin. **A history of modern Israel.** New York: Cambridge University Press, 2013.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe.** Rio de Janeiro: Fissus Editora, 2004.

SHRESTHA, Nanda; GRAY, Kenneth. **Clash of civilizations or cartography of U.S global domination?** International Journal on World Peace, 2006. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=afh&AN=24104156&lang=pt-br&site=ehost-live> Acesso em: 04 de março de 2016.

SIMON, Steven; STEVENSON, Jonathan. **The End of Pax Americana. (Cover story).** Foreign Affairs. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/end-pax-americana>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

UNHCR. **UNHCR subregional operations profile - Middle East.** Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/49e45ade6.html#> Acesso em: 03 de maio de 2016.

UNITED NATIONS. **The plan of partition and end of the british mandate.** Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpi/palestine/ch2.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2016.